

# A Tragédia do Oriente Médio

Vasco Mariz \*

Resumo: Embaixador do Brasil em Israel de 1977 a 1982 apresenta sua visão das causas do permanente estado de guerra vivido pela região.

Palavras-chave: Israel, Palestina, árabe, judeu.

**R**ecordando os dois períodos em que trabalhei como diplomata em Washington, observei com interesse a intensa atuação do *lobby* israelense junto ao Congresso norte-americano e às altas autoridades do país. Lá, em 1967, tive a sorte de fazer amizade com Itzhak Rabin, então embaixador de seu país e que se tornaria, mais tarde, duas vezes primeiro-ministro de Israel. Aprendi com ele o principal segredo que é a chave da política do Oriente Médio: mais de seis milhões de judeus vivem nos EUA, a maioria em estados que têm peso decisivo nas eleições para presidente. E não se trata tanto do número de eleitores mas, sobretudo, da qualidade dos mesmos: os judeus norte-americanos exercem considerável influência na impren-

sa, na televisão, no rádio, nos meios bancários, financeiros e universitários. Os ministros ou personalidades israelenses costumam ir a Washington e pressionam senadores, deputados e as mais altas autoridades do país sem o menor constrangimento. Se um ministro brasileiro tentasse fazer o mesmo, seria colocado no primeiro avião de volta. Recordo que o *lobby* israelense no Congresso norte-americano tinha, na minha época, mais de 150 parlamentares. Hoje, o grupo pró-Israel teria mais de 180. Em 1982, o presidente de Chipre, junto a quem eu também estava acreditado como embaixador, perguntou-me qual era o segredo do sucesso do *lobby* israelense, pois o grego junto ao Congresso norte-americano não funcionava bem. Expliquei-lhe os mecanismos do poder em Washington.

\* Embaixador do Brasil em Israel, de 1977 a 1982. Sócio-titular do IHGB.

1 Matéria extraída da palestra proferida em 30 de julho de 2001, no auditório do IGHMB, na Casa Histórica de Deodoro.

Algumas palavras sobre as relações Brasil-Israel, que nem sempre foram das melhores. Israel tem sido um modesto cliente

de nossas exportações, e nossos interesses comerciais com vários países árabes chegaram a ser até demasiado significativos. Existem no Brasil cerca de 200 mil judeus, nascidos no exterior e em nosso País. Sua influência político-financeira é, talvez, demasiada em um país de 170 milhões de habitantes, dos quais mais de três milhões compõe-se de árabes e seus descendentes. No momento, diversos judeus brasileiros, natos ou naturalizados, ocupam cargos de primeiro e segundo escalões no governo.

Eu estava de partida para Israel, em outubro de 1977, num momento extremamente delicado, pois os judeus brasileiros estavam revoltados com o infeliz voto anti-sionista dado pelo Brasil nas Nações Unidas. O Presidente Geisel, que me conhecia muito bem da época em que eu chefiava nossa embaixada no Equador, onde a PETROBRAS tem grandes interesses, mandou chamar-me ao Palácio do Planalto e conversamos longamente sobre o Oriente Médio. Relatou-me que havia ficado aborrecido com o voto do Brasil contra o sionismo na ONU, a nível de comissão. Os judeus brasileiros fizeram imensa celeuma pelos jornais e isso acabou levando Geisel a instruir o Itamaraty para que alterasse o voto brasileiro para abstenção, na sessão plenária da Assembléia Geral. Explicou-me o Presidente que, infelizmente, o Departamento de Estado norte-americano espalhara a notícia que estava pressionando o Governo brasileiro para mudar o nosso voto final no plenário da ONU. Depois dessa pressão anunciada, e por uma simples questão de honra nacional, Geisel não teve alternativa senão confirmar o voto brasileiro contra o

sionismo, em plenário, quando já tinha decidido abster-se.

O ressentimento dos judeus no Brasil e em Israel foi considerável e, até certo ponto, justificado. Ao chegar a Tel Aviv, lá fui recebido com bastante frieza, mas, seguindo instruções expressas do Presidente Geisel, expliquei cuidadosamente o ocorrido ao chanceler Moshé Dayan. Ele entendeu o dilema do Governo brasileiro e abanou a cabeça dizendo: “Que trapalhões! O Departamento de Estado devia estar desejando fazer média com o *lobby* judaico.” Depois dessa primeira conversa, que foi um pouco tensa, Dayan deu-me diversas provas de estima pessoal, convidou-me várias vezes para ir a sua residência particular e minha mulher ficou boa amiga de sua esposa Rachel.

Vivemos cinco anos em Israel e procurei avaliar objetivamente a tão alegada intransigência israelense. Durante minha longa estada no país, fiz boa amizade com diversos líderes israelenses, em especial com o ex-Primeiro Ministro Itzhak Rabin, que conhecera bem em Washington. Minha conclusão é de que os grandes culpados dos principais problemas do Oriente Médio foram mesmo os ingleses, que delimitaram a região no pós-guerra com o evidente propósito de dividir para reinar, como se fazia no século XIX. Dividir a Palestina da maneira como foi demarcada só poderia levar aos resultados trágicos que conhecemos. Sim, porque Israel é um país pequeno. De norte a sul, pela estrada do litoral, são apenas 400km, o equivalente à rodovia Presidente Dutra, entre o Rio de Janeiro e São

Paulo. De leste a oeste, entre Tel Aviv e o Mar Morto, são cerca de 80km, isto é, a distância entre Rio de Janeiro e Petrópolis. Por isso, devemos procurar entender como os residentes em Israel se sentem inseguros e vulneráveis.

Não preciso lembrar ao leitor os pontos básicos da história do Oriente Médio, mas enfatizo que não se deve comparar a invasão do Kuwait pelo Iraque com a ocupação israelense da Cisjordânia. O Kuwait não atacou o Iraque, apenas cobrava as dívidas de Saddam Hussein. Israel nunca atacou os árabes; os árabes é que atacaram Israel quatro vezes (1948, 1956, 1967 e 1973). Perderam as quatro vezes e Israel ocupou militarmente as áreas que lhe convinham. Era o direito do vencedor. Disso resultou estarem, hoje, mais de um milhão de árabes sob a dominação israelense. Só que essa ocupação provisória já dura mais de trinta anos, com sacrifício de vítimas inocentes das duas partes. É evidente que os palestinos têm direito a uma pátria, mas o principal obstáculo para um acordo final parece ser a insistência dos árabes em exigir a soberania de Jerusalém, para lá situar a capital do seu novel Estado, o que é inaceitável para 90% dos israelenses.

Mas, voltemos um pouco atrás, ao meu período de residência em Israel (1977-82), ao que se chama habitualmente de Era Sadat.

Já estávamos em Paris a caminho de meu novo posto, em outubro de 1977, quando o mundo leu com estupefação a notícia da próxima visita do presidente egípcio a Jerusalém. Encurralado pela inesperada união de Washington e Moscou, Sadat, corajoso-

samente, tomou a decisão histórica de visitar Israel, o que foi a primeira reviravolta na conjuntura do Oriente Médio. Conheci pessoalmente Anwar Sadat em Haifa, e conversamos novamente em Beersheva. Tinha por ele a maior admiração. Sadat estava cansado de ser o bode expiatório das aventuras militares árabes na região pois, ao final de cada guerra, quem mais perdia, em vítimas e territórios, era sempre o Egito. Graças à persistência do Presidente Carter, foram assinados, em 1978, os acordos de Camp David; desde então, o Egito tem mantido a paz em separado com Israel, que o Presidente Mubarak vem sustentando com sabedoria.

Entretanto, essa frágil paz foi assinada e mantida entre a cúpula egípcia e o Estado de Israel, mas não entre os dois povos. O povo egípcio jamais aceitou tal acordo e esse é um risco considerável. Pela sua moderação, o Governo egípcio recebe anualmente uma subvenção norte-americana de US\$ 5 bilhões. E esse acordo foi conseguido por Carter com um interlocutor israelense ultraconservador – Menahem Begin. Infelizmente, depois de seu afastamento e do assassinato de Sadat, a atmosfera se anuviou muito, chegando ao terrível impasse de hoje.

Israel passou a ser governado pelo grupo mais reacionário da sua história. Itzhak Shamir, com quem fiz amizade quando ele era o presidente do Parlamento israelense e, depois, Ministro das Relações Exteriores, era um “duro”. A rainha da Inglaterra jamais o recebeu porque ele fora membro do IRGUN, que explodiu o Hotel King David em Jerusalém, onde morreram mais

de cem ingleses. No entanto, ele era do LIKUD, o mesmo partido conservador de Begin, que havia feito a paz com o Egito pagando um alto preço – a devolução do Sinai e o desmonte da bela pequena cidade de Yamit, na península. Mais tarde, com a vitória eleitoral dos trabalhistas em 1992, as chances de paz pareciam bem mais viáveis, até que aconteceu o odioso assassinato de Rabin, pelas mãos de um fanático religioso israelense. Seguiu-se nova experiência com a extrema direita, o governo de Benyamin Netanyahu, e deu-se um passo atrás nas negociações com os palestinos. A chegada a Israel de centenas de milhares de judeus russos criava novos problemas internos, mas o equilíbrio político e social pouco a pouco se restabeleceu, continuando os políticos ortodoxos, porém, como fiel da balança.

Seja como for, se o acordo de paz com o Egito foi um marco altamente positivo, é inegável que o desmantelamento do poderio soviético e a recente Guerra do Golfo tiveram sérias conseqüências, que ainda estão sendo avaliadas com algumas divergências de opinião. Afinal, Israel foi bombardeado e não revidou, em atenção ao pedido norte-americano, para não agravar a situação no Oriente Médio. Já a Rússia se limitou a fazer a mímica dos bons ofícios, e a Síria, órfã do poderio soviético, aproximou-se dos EUA e da Arábia Saudita. Mas a opinião pública israelense já se deu conta de que a tradicional concepção estratégica da defesa do seu país está superada: os mísseis *Scuds* que caíram em Israel demonstraram que certos conceitos de segurança estão ultrapas-

sados, o que poderá ensejar um novo diálogo mais realista com Damasco.

No início da década de 1990, a OLP estava sendo chamada à razão pelos seus antigos protetores – a Arábia Saudita e o Kuwait – e também pela Rússia, a pedido dos Estados Unidos. Assim, começou a aceitar a troca de territórios pela paz, mesmo utilizando a fórmula de uma etapa inicial de autonomia vigiada pelas Nações Unidas. Acredito que, algum dia, deverá consolidar-se um verdadeiro Estado palestino, associado à Jordânia ou não, talvez uma federação, enfim, uma variante da chamada “opção jordaniana”, tão cara ao líder trabalhista Shimon Peres. Recordo que a Jordânia é quase um Estado palestino, tanto que, até 1987, aceitava administrar os territórios ocupados por Israel. Só nessa época, pressionado pela OLP, é que o falecido Rei Hussein desistiu dessa administração indireta.

Enfim, o governo israelense parece entender que, embora a situação militar de Israel seja ótima, terminou a velha ordem no Oriente Médio, então fundada na sua absoluta superioridade militar e garantida pela Guerra Fria, que já acabou. Depois das operações militares no Golfo, prevaleceu o velho triângulo de antes da Segunda Guerra Mundial: os árabes, os judeus e a potência dominante na região (antes a Inglaterra e agora os Estados Unidos da América). No entanto, se os israelenses anseiam por uma paz permanente, eles também não esquecerão tão cedo os bombardeios dos mísseis *Scuds*. A devolução pura e simples de todos os territórios ocupados em 1967, sem reajustes locais, é inaceitá-

vel para 90% dos israelenses. Se eu vivesse em Israel também pensaria assim, por mais pena tenha dos palestinos, oprimidos há mais de 30 anos. Em suma, a paz no Oriente Médio está muito mais nas mãos da OLP, do FATAH, do HEZBOLLAH, do JIHAD ISLÂMICO, do HAMAS e do TANZIM do que na vontade de Israel. Afinal, já é tempo de os palestinos negociarem com realismo e seriedade, sem insistirem, na presente etapa pelo menos, em ter Jerusalém como a capital de seu Estado livre. A política norte-americana dos "pequenos passos" tem dado certo até agora e os palestinos vêm conseguindo concessões de Israel que eu nunca imaginei. Um acordo razoável com os palestinos tornaria mais viável o bom entendimento final com a Síria e com o Líbano, que vai se tornando essencial devido ao problema da escassez de água.

O objetivo de Israel em suas conversações com a Síria, no momento interrompidas, é negociar o fim do estado de guerra, a abertura das fronteiras e o estabelecimento de relações diplomáticas. Em 1995, o Presidente Assad apresentou um documento de trabalho que Rabin considerou "um grande avanço". Damasco deseja que Israel reconheça a soberania síria sobre todo o território do Golan, para que, posteriormente, os dois países possam discutir o arrendamento de parte do território, uma estreita faixa que proteja os habitantes israelenses das margens do Lago de Tiberíades.

Disse-me, em 1982, o ex-Primeiro-Ministro Itzhak Rabin que julgava viável uma retirada parcial do Exército israelense no Golan até uns 45km de Damasco e até uns 10km do Lago de Tiberíades. Ocupadas

em 1967, as colinas do Golan foram oficialmente anexadas em 1981, quando eu ainda estava em Israel, e têm grande importância estratégica para os dois países. O ex-Primeiro-Ministro Menahen Begin comentou comigo que, na guerra de 1973, o Exército israelense poderia ter entrado em Damasco e desfilado pelas ruas principais – o que, aliás, de nada adiantaria, já que Israel não dispõe de elementos humanos suficientes para ocupar militarmente um país relativamente grande como a Síria. O General Ariel Sharon também poderia ter desfilado pelas avenidas do Cairo, mas, pelo mesmo motivo, depois teria de sair sem demora. Por isso, deteve-se nas portas da capital egípcia.

O Golan é uma região atrasada, que possui um bem precioso no Oriente Médio: a água que desce do Monte Hermon, forma o Rio Banyas e alimenta o Rio Jordão. As tropas israelenses chegaram ao Golan em junho de 1967 e, na guerra de 1973, uma área suplementar de 510km<sup>2</sup> foi ocupada. Cento e cinquenta mil sírios abandonaram a região, lá permanecendo apenas 15 mil drusos, aos quais vieram juntar-se cerca de 15 mil israelenses, distribuídos em 32 pequenos assentamentos. Formou-se também uma cidade, Katzrin, o que complica as negociações. Foram construídas estradas e reparadas outras. A região está desmilitarizada e vigiada por uma força da ONU. Os adversários de um acordo semelhante àquele feito com o Egito argumentam, com alguma razão, que o Golan pode ser atravessado por uma divisão blindada em uma hora, com a agravante de que os tanques sírios estariam descendo a rampa

de maneira quase irresistível. Já os estrategistas favoráveis a um acordo com a Síria afirmam que o Golan perdeu em parte a importância, em vista da utilização em massa de mísseis balísticos.

Para melhor compreender a gravidade dessas eventuais negociações com a Síria, recordo que, desde as conversações iniciadas em Madri, em 1991, há um comitê que estuda soluções para a crescente escassez de água no Oriente Médio. Os árabes dos territórios ocupados não podem sequer perfurar poços para obter mais água potável para beber. A agricultura israelense está sofrendo e a indústria economiza com o racionamento de água. As chuvas sempre foram raras, o gasto supera as reservas e todos os recursos da tecnologia já foram utilizados. Até os esgotos de Tel Aviv, devidamente tratados, estariam alimentando as culturas agrícolas das zonas mais áridas. O déficit de água em Israel se aproxima dos 30% e o drama já começou.

Conversando com vários líderes israelenses na época, todos me disseram que só a escassez de água poderá levar a um conflito generalizado e aniquilador no Oriente Médio. Os planos para enfrentar essa carência são diversos, a começar pela dessalinização da água do mar, a construção de *pipe-lines* para água e chuvas artificiais obtidas por processos modernos. Já foi estudada, também, a utilização de grandes bolhas de plástico contendo água potável que seriam rebocadas, no Oceano Índico ou no Mediterrâneo, até a região. Até mesmo se pensou em trazer *icebergs* rebocados da Antártida para a Arábia Saudita.

No entanto, dois países vizinhos detêm a solução definitiva para o problema da água na região – a Turquia e o Líbano, de cujas montanhas fluem, para o mar, rios inaproveitados. Questões políticas e hegemonias regionais têm atrasado a esquematização do problema crônico da água, que ora se vai agudizando pelo crescimento demográfico dos países árabes e pela imigração russa para Israel, hoje com uma população de seis milhões de habitantes.

O Líbano poderia contribuir para a solução das carências israelenses pela simples venda de parte da água do Rio Litani, perto da fronteira norte de Israel. Um pequeno aqueduto ligaria a água libanesa ao sistema hídrico israelense, com gastos modestos. Entretanto, o Líbano está demasiadamente associado aos destinos e vontades da Síria, o que inviabiliza temporariamente uma solução. A devolução do Golan à Síria pode transformar-se em valioso instrumento de barganha para um acordo tríplice Síria-Líbano-Israel para a utilização das águas do Rio Litani.

Bem mais ambicioso é o projeto global da Turquia, que já realizou várias reuniões de representantes dos 22 países da região sobre o problema da água. A Turquia tem em andamento a construção da grande represa de Ataturk, que vai regular o fluxo dos rios Tigre e Eufrates, irrigar uma área de perto de dois milhões de hectares e gerar energia elétrica abundante para toda a região. Serão 22 pequenas barragens ao todo, que produzirão quase 30 milhões de KW; cinco delas já estão quase prontas. O projeto faz arregalar os olhos dos economistas da região, mas também provoca

calafrios aos políticos dos países jusantes. No Oriente Médio, ainda se pensa na água como uma arma militar; o poder que a Turquia deteria está assustando os vizinhos de baixo, os quais, nem por isso, deixaram de se reunir regularmente com os técnicos turcos durante a Guerra do Golfo; e continuam a fazê-lo.

Mas a Turquia oferece mais ainda: dispõe ela de dois rios, o Ceyhan e o Zeyhan, que descem das montanhas da Anatólia e se perdem inutilmente no ângulo final do Mediterrâneo, perto da fronteira com a Síria. Dois aquedutos estão planejados: o primeiro irrigaria a Síria, Israel, a Jordânia e a zona ocidental da Arábia Saudita. O segundo aqueduto alimentaria o Iraque, o Kuwait, a Arábia Saudita oriental e os Emirados Árabes. O custo desses aquedutos será elevado, mas dentro das possibilidades financeiras dos países da região. O assunto vem sendo debatido desde 1992 e terá a provável colaboração financeira do Banco Mundial e das Nações Unidas. Até o Egito parece interessado em irrigar o Sinai e uma entidade multinacional de dessalinização da água do mar está sendo planejada com nova tecnologia, mais barata.

Bashar Assad, o jovem presidente da Síria, oculista formado na Inglaterra, era até bem pouco uma incógnita julgada positiva. No entanto, por ocasião da recente visita do Papa João Paulo II a Damasco, Bashar deu uma entrevista desastrosa, que irritou profundamente os judeus e surpreendeu a todos. Disse ele: "Os cristãos deveriam se juntar aos muçulmanos para combater Israel, que tenta destruir os princípios de todas as religiões com aquela mesma men-

talidade com que traiu Jesus Cristo e da mesma maneira como tentou matar Mao-mé." Afirmou, também, o presidente da Síria que "Israel é uma sociedade racista, ainda mais racista do que os próprios nazistas". Essas declarações desencadearam uma tempestade de artigos de influentes jornalistas judeus em todo o mundo. É pena, porque tais palavras destruíram a reputação do novo presidente da Síria como homem moderado, educado no Ocidente. Seu pai, Hafez el Assad, que era uma raposa, jamais fez declarações desse gênero. Essa tremenda gafe certamente vai dificultar bastante as possibilidades de um acordo de paz e cooperação entre Israel e Síria.

Já Israel tem boas possibilidades de entendimento com a Turquia, pois nunca chegaram a romper relações diplomáticas. Falta encontrar uma fórmula viável, que terá forçosamente de passar pela boa vontade de Damasco. Eventual acordo com esse país terá papel decisivo na obtenção da água que Israel tanto necessita, seja pela canalização do Rio Litani, no Líbano, ou por um possível aqueduto turco. Podemos concluir, portanto, que o Golan, em parte ou no seu todo, terá de voltar à soberania da Síria. De outra forma, não haverá água e poderá haver nova guerra.

As negociações de paz têm sido perturbadas pela intransigência recíproca e por um novo fato importante: os EUA já não precisam tanto de Israel para controlar o Oriente Médio. A Arábia Saudita e o Kuwait concederam bases militares aos norte-americanos após a Guerra do Golfo, e a Rússia deixou de ser a grande po-

tência que ameaçava os interesses ocidentais na região. Hoje, o grande inimigo do Ocidente tampouco é Saddam Hussein, mas o Irã, que comanda o terrorismo religioso do Marrocos à Indonésia e influencia as novas repúblicas muçulmanas da antiga União Soviética. Por isso, o Ocidente fortalece a Turquia moderada e laica. Foi nessa atmosfera de diminuição do poder de barganha de Israel que o ex-*premier* Barak adiantou bastante as negociações com Arafat, com pleno apoio do Presidente Clinton, que desejava passar à História como o estadista que pacificou o Oriente Médio e, talvez, até obter o prêmio Nobel da Paz em 2001. Tentou reproduzir o êxito do Presidente Carter em Camp David, mas quase nada conseguiu, apesar de seus persistentes esforços.

É compreensível, portanto, que a conjuntura política no Oriente Médio tenha mudado muito nos últimos dez anos. Embora a situação militar israelense continue a ser muito boa, a segurança do país ficou mais frágil. Os ingredientes para um grande conflito estão no horizonte e as conseqüências são imprevisíveis. Desde a época em que servi em Israel (1977-82), sei que o Governo israelense dispõe de uma centena de bombas atômicas, que só serão utilizadas em situação extrema. Mas como conceber o uso desses artefatos nucleares? O risco para os próprios israelenses seria enorme, já que as distâncias são tão pequenas no Oriente Médio que os ventos poderiam levar de volta, em poucas horas, a mortal radiação em direção ao próprio território israelense.

Recapitulo agora, rapidamente, os últimos acontecimentos na região, antes da

segunda intifada, para refrescar-lhe a memória. Em 1991, ocorreu a Guerra do Golfo, com as notáveis conseqüências políticas que já comentei. No ano seguinte, Itzhak Rabin venceu as eleições para o Partido Trabalhista e, em 1993, iniciaram-se em Oslo, Noruega, as importantes negociações entre a OLP e Israel com vistas à autonomia da Cisjordânia e da faixa de Gaza. Uma declaração de princípios foi assinada em Washington e, em 1994, o primeiro estágio do acordo de Oslo foi implantado, com a retirada parcial das forças israelenses de Gaza e da região de Jericó. Os três líderes – Rabin, Shimon Peres e Arafat – receberam o Prêmio Nobel da Paz. Em seguida, Israel e a Jordânia do falecido Rei Hussein assinaram um tratado de paz.

Em 1995, porém, foi dado um passo atrás com o assassinato de Rabin por um judeu fanático religioso, que se opunha ao plano de trocar terras pela paz. Shimon Peres substituiu Rabin como primeiro-ministro e o Exército israelense se retirou de mais seis cidades da Cisjordânia. Arafat foi confirmado como líder da nova entidade política palestina, depois das primeiras eleições na Cisjordânia. Nas eleições gerais em Israel, em 1996, os trabalhistas foram derrotados, acusados de haverem feito concessões excessivas, e foi eleito Benjamin Netanyahu, do LIKUD, educado nos EUA, como novo primeiro-ministro. Daí resultou crescente desconfiança entre as ditas partes, chegando a um impasse total. Em 1998, Israel festejou seus 50 anos de existência como nação em atmosfera de grande inquietação. O país estava, e continua a estar, profundamente dividido, e isso ape-

sar de atravessar um período de notável prosperidade.

Curiosamente, essa crise se estende também aos judeus residentes fora de Israel, em especial entre os seis milhões de judeus norte-americanos, que estão cada vez menos interessados nos problemas do Estado de Israel. Cerca de um milhão deles estão casados fora da religião, isto é, com católicos e protestantes. As doações de cidadãos norte-americanos ao movimento sionista têm diminuído sensivelmente, pois acreditam que o sionismo deixou de existir com a plena implantação do Estado de Israel. Afinal, sua prosperidade no momento é inegável, com uma renda *per capita* de US\$ 16 mil, ou seja, mais de duas vezes superior à brasileira. Existe também um delicado problema de ordem religiosa, pois cerca de 80% dos judeus norte-americanos são considerados “heréticos” pelos rabinos ultraconservadores de Israel, que os censuram por haverem abandonado diversos aspectos do ritual religioso do judaísmo.\*

Dentro do Estado de Israel também estariam os israelenses bastante divididos e isso me faz lembrar uma frase de um amigo israelense de Herzlia, que certa vez me disse: “Os árabes são bobos, pois se nos dessem dez anos de paz absoluta, Israel poderia até cessar de existir. Os israelenses se comeriam uns aos outros, tantas as divergências que continuam a prevalecer entre nós.”

Cerca de 20% dos habitantes de Israel, hoje em dia, não são judeus, e os religiosos tentam impor-lhes as estritas regras judai-

cas. Esses estrangeiros (maridos, esposas e filhos não-judeus) não podem casar-se em Israel porque os rituais de casamento, e também os de morte, são estritamente controlados pelos rabinos ortodoxos. Os casamentos mistos são realizados em Chipre ou em outros países vizinhos, como a Grécia. O abismo entre os judeus ortodoxos e os não-religiosos está aumentando; em numerosos bairros das cidades, as ruas são fechadas ao trânsito durante o *Shabbat*; os cinemas, restaurantes e discotecas também. Os elevadores dos hotéis e edifícios de apartamentos são automatizados para parar em cada andar, pois ninguém pode apertar um botão no *Shabbat*. E por falar em restaurantes, os israelenses cada vez mais abandonam a insossa comida *kosher*, exigida e fiscalizada nos hotéis e restaurantes pelos rabinos.

Ao aproximar-se o fim do seu mandato, o ex-Presidente Clinton reuniu em Camp David, no mês de julho de 2000, as delegações de negociadores israelenses e palestinos. Foram constituídas várias comissões para examinar em profundidade os principais temas de um eventual tratado de paz. O comitê dos refugiados chegou a um acordo de princípios no sentido de que Israel receberia somente 100 mil palestinos que haviam fugido do país depois das diversas guerras que opuseram árabes e judeus. Ora, os refugiados palestinos e seus descendentes desde 1948 contam-se hoje em cerca de 4 milhões, mas parece claro que só uma pequena minoria de idosos poderá regressar. Até certo ponto, é uma solução razoável, pois Israel é um país de ape-

\* Retirei estas informações do importante jornal *USA Today*, de Nova York, edição de 1º de maio de 1998.

nas 6 milhões de habitantes e não poderia, materialmente, acolher milhões de refugiados, que estão espalhados em vários países. Entretanto, esse acordo provisório sobre os refugiados não foi ratificado pelos dois parlamentos.

A comissão da água não progrediu muito, porque a solução do problema está nas mãos da Síria, como já comentei. A comissão da Cisjordânia empacou também nas dezenas de assentamentos israelenses ortodoxos que Ariel Sharon instalou, nos últimos vinte anos, entre cada duas aldeias árabes. São 200 mil colonos dispostos a resistir até contra o próprio Exército israelense. Mas o maior empecilho para um acordo final entre as partes é mesmo o *status* de Jerusalém. A capital de Israel não é negociável para 90% dos israelenses. Pressionado pelos norte-americanos, Barak cometeu grave erro nessas conversações de Camp David II, ao propor a ampliação do perímetro urbano de Jerusalém, de modo a abarcar duas ou três pequenas aldeias palestinas vizinhas e lá instalar a capital do novo estado palestino, Al Quds. A população israelense reagiu mal e eu, aqui no Rio de Janeiro, julguei imprudente. Os palestinos tampouco ficaram satisfeitos, porque eles querem controlar o *centro* de Jerusalém, a esplanada onde estão localizadas as mesquitas sagradas de El Aqsa e de Omar. Arafat ameaçou promulgar unilateralmente a independência do Estado palestino no dia 13 de setembro de 2000 e os israelenses ameaçaram, em eventual contrapartida, reocupar militarmente toda a Cisjordânia e Gaza, que já estão autônomas desde 1998. Isso não

poderia mesmo acontecer, pois seria um desastre político e provocaria verdadeira guerra, cujo prenúncio é a presente intifada, iniciada a 28 de setembro de 2000.

Focalizando agora o lado palestino, direi que eles vivem em alto grau de dependência de Israel: o comércio da Autoridade Nacional Palestina com Israel é na proporção de 90% e cerca de um quarto da mão-de-obra palestina – 120 mil operários – trabalha em Israel, onde os mais qualificados ganham bons salários. A nova residência do embaixador do Brasil em Herzlia foi construída em 1980 por palestinos, dirigidos por um arquiteto israelense. Os operários vinham trabalhar diariamente, em uma *van* especial, e regressavam à tardinha para suas casas em Gaza – uma viagem de apenas 50 minutos. Quando Israel fecha as fronteiras por motivo de atos de terrorismo dos palestinos, o desemprego na Cisjordânia e em Gaza sobe para 40%. Um pacote de café brasileiro destinado à Cisjordânia tem que entrar pela alfândega israelense e recolher impostos à economia de Israel, antes de ir parar em um bar de Ramallah ou em um restaurante de Hebron. Outro problema é a ligação física entre o território de Gaza e a Cisjordânia. Um corredor de 44km foi aberto por Israel, mas a fiscalização israelense é tão rigorosa que poucos palestinos utilizam essa passagem. Existe mais comércio entre Israel e Gaza, ou entre Israel e a Cisjordânia, do que entre Gaza e a Cisjordânia.

A Autoridade Nacional Palestina (ANP) emprega atualmente o absurdo de 100 mil pessoas, com uma folha de pagamento que leva em conta o altíssimo nível de desem-

prego na região. Em 1994, a ANP tinha 14 ministérios em sua administração e agora tem 33, o que não deixa de ser excessivo. A energia e a água dos territórios ocupados provêm de Israel e isso deixa a ANP à mercê de chantagem eventual do Governo israelense. Na realidade, os países árabes, que sempre desconfiaram bastante dos palestinos, contribuem muito pouco para o orçamento do Estado palestino. Toda a ajuda árabe somada não chega a US\$ 200 milhões anuais. As doações e subvenções dos EUA, dos países europeus e do Japão são responsáveis por cerca de 80% dos recursos da ANP, o que deixa o governo de Arafat bastante vulnerável às pressões políticas do Ocidente e, indiretamente, de Israel.

Acrescento alguns números eloqüentes: a Cisjordânia e Gaza têm três milhões de habitantes com um PIB de US\$ 4.2 bilhões. A ANP exporta anualmente US\$ 650 milhões e importa quatro vezes mais: cerca de US\$ 2.8 bilhões. A renda *per capita* do trabalhador palestino é de apenas US\$ 90. Essas informações provêm do *Central Bureau of Statistics* de Israel, edição de 1999. Representantes palestinos queixam-se de que, além de manifestações emocionais de apoio, os demais países árabes continuam a viver rotineiramente as suas vidas. A concessão de US\$ 20 milhões mensais à ANP não é feita em forma de donativos, mas sim de empréstimos a longo prazo e a juros baixos. Em verdade, as relações econômicas especiais do Egito e da Arábia Saudita com os EUA têm impedido, até agora, um apoio mais consistente à causa palestina.

O grande complicador é a atuação vigorosa dos grupos fundamentalistas islâmi-

cos, que cada vez mais desafiam o poder relativamente moderador de Arafat. A retirada israelense do Sul do Líbano foi interpretada pelo HEZBOLLAH como uma prova de fraqueza, o que não deixa de ser um equívoco. Aquele grupo foi criado em 1982 com o propósito de combater as forças israelenses que haviam chegado até Beirute. O seu canal de televisão faz sistemáticos ataques contra os judeus em geral e apela para que os palestinos apunhalem os israelenses que encontrarem. A bandeira do HEZBOLLAH, cujo símbolo é um braço empunhando um fuzil, é cada vez mais vista em manifestações nas ruas da região. Entretanto, a Síria concede apenas limitada autonomia a esse grupo, evitando, cuidadosamente, qualquer risco de enfrentamento direto com Israel. Os outros três grupos radicais – HAMAS, TANZIM e o JIHAD ISLÂMICO – têm estado também muito ativos no combate a Israel e desafiam abertamente a autoridade de Arafat, que consideram influenciado pelos norte-americanos.

Já os intransigentes de Israel são capitaneados pelo velho General Ariel Sharon, notável herói da guerra de 1973 e agora primeiro-ministro. As negociações bilaterais recomeçaram, após o dramático impasse de Camp David II, quando os norte-americanos se empenharam a fundo pela busca da paz definitiva na região. Os palestinos não parecem dispostos a ceder na questão de sua capital e os israelenses tampouco. Jerusalém, cidade sagrada para três religiões, está dividida segundo linhas religiosas, políticas e sociais e é quase impossível transigir. Eu não gostaria de estar na mesa de negociações. Quem ceder, arris-

ca-se a perder o cargo e até mesmo a própria cabeça. Os árabes muçulmanos se concentram na parte oriental da cidade e queixam-se, com razão, de serem submetidos a penosas e até humilhantes revistas pelos policiais israelenses, quando precisam ir ao setor ocidental.

Os lugares santos constituem o ponto nevrálgico da disputa política: Israel quer manter sob sua soberania não só o Muro das Lamentações como também o Monte do Templo que, para os judeus, tem esse nome por haver abrigado o antigo templo de Salomão, destruído há dois mil anos pelos romanos. Na realidade, essa área esteve sob o domínio muçulmano durante 700 anos e só em 1967 passou à jurisdição israelense, depois da Guerra dos Seis Dias. Os palestinos exigem o Monte do Templo, que chamam de *Haram-a-sharif*, e a esplanada das mesquitas (onde se encontram as mesquitas de El Aqsa e de Omar) para a sua soberania. Ora, o Muro das Lamentações está situado exatamente ao lado dessas mesquitas, em nível ligeiramente inferior. Por isso, é difícil conceber como palestinos e judeus poderão transigir em tema tão caro aos seus corações religiosos.

Infelizmente, pouco antes do Ano Novo israelense, em setembro de 2000, o líder conservador Ariel Sharon fez questão de desfilar pela esplanada das mesquitas com seus partidários, o que resultou em graves e justos protestos dos palestinos. Os terroristas do HAMAS aproveitaram a provocação, e as desordens de mais de dez meses já causaram quase 800 mortos e 20 mil feridos. É o maior confronto dos últimos anos na região. Israel usou, pela pri-

meira vez, balas de verdade, helicópteros de combate, tanques ligeiros e foguetes de curto alcance.

A escolha hoje é entre a negociação, bem ou mal conduzida, ou a guerra generalizada, que ninguém deseja, nem pode ocorrer. Na verdade, Israel parece estar de costas para a parede: ou cede às muitas exigências palestinas, ou reocupa militarmente a Cisjordânia e Gaza, a custo elevadíssimo em vidas dos dois lados. A posição dos EUA, na defesa de Israel, está cada vez mais difícil de sustentar, tanto que, em recente votação no Conselho de Segurança da ONU, apenas absteve-se, enquanto os demais países, inclusive a Inglaterra, condenaram Israel pelo uso indiscriminado da força contra a nova intifada. Reconheço, porém, que o linchamento de três soldados israelenses, que vimos com pormenores cruéis pela televisão, é inadmissível e não pode ser comparado às mortes de jovens palestinos vitimados por balas perdidas. Os israelenses devem ficar atentos à evolução da opinião pública norte-americana que, a 15 de outubro de 2000, através da CNN, se manifestou no sentido de que os EUA não devem se imiscuir diretamente no Oriente Médio, mensagem bem clara que os dois candidatos à presidência certamente anotaram. As multidões nas ruas das capitais árabes parecem descontroladas, mas duvido muito que o Egito se arrisque a perder o valioso subsídio norte-americano de US\$ 5 bilhões anuais. A Síria tampouco terá coragem de atacar sozinha Israel sem auxílio do Egito, e a ANP deixaria de receber o auxílio financeiro do Ocidente. O imponderável, o grande complicador, seria a

eventual intromissão de Saddam Hussein, que deve estar tentado a enviar mísseis contra Israel. Se isso ocorrer, dificilmente os EUA poderão novamente impedir a retaliação de Israel, que tem abundantes meios para atingir e destruir os pontos nevrálgicos do Iraque, utilizando até mesmo armas nucleares.

A reunião de cúpula da Liga Árabe, que se realizou no Cairo nos dias 21 e 22 de outubro de 2000, deve ter sido uma decepção para os palestinos. A moderação prevaleceu e os líderes árabes não só deixaram de anunciar a guerra santa, como se limitaram apenas a criar um fundo para auxiliar os palestinos, a condenar a violência de Israel e a exigir uma investigação internacional dos fatos, que seria feita pela Comissão de Direitos Humanos da ONU. No Cairo, Kadafi pregou a *Jihad*, mas todos sabem que a Líbia está longe do Oriente Médio e seu líder apenas interessado em publicidade. Na Jordânia, numerosos palestinos lá residentes tentaram organizar uma marcha para atravessar o Rio Jordão, mas foram violentamente repelidos pela própria polícia jordaniana.

Recentemente, Arafat teve uma frase infeliz ao se dirigir às mulheres palestinas: "Quero que todas vocês tenham doze filhos. Dez para a batalha com Israel e dois para vocês!" A convivência entre judeus e árabes dentro de Israel, que era razoável, ficou muito pior. Estourou um escândalo com jornalistas da RAI italiana, ao afirmarem que os conflitos de rua só começam quando os cinegrafistas e fotógrafos estão por perto. Os palestinos passaram a clamar por uma força de paz permanente da ONU entre Israel e a Cisjor-

dânia e Gaza, e em Israel já se sugeriu o levantamento de um muro ou de uma cerca metálica eletrificada como a que separava as duas Alemanhas.

No meu entender, a única solução viável para a questão de Jerusalém é oficializar o *statu quo*, que dá acesso aos crentes das três religiões a seus lugares santos. Atualmente, eles são administrados pelos respectivos funcionários religiosos, embora sob fiscalização israelense, mais ou menos discreta. Os árabes argumentarão que os cristãos têm realmente livre acesso ao Santo Sepulcro, ao Monte das Oliveiras, a Belém e outros lugares santos de sua religião, enquanto o mesmo não acontece com os cidadãos árabes, que sofrem incômodas revistas por parte de policiais israelenses. Trinta anos atrás, o Vaticano propôs a internacionalização dos lugares santos de Jerusalém, o *Corpus separatum*, sob a jurisdição das Nações Unidas, mas nem judeus nem árabes sequer examinaram a proposta. Pessoalmente, creio que este seria o caminho mais viável para uma solução definitiva da questão, assegurando a Israel a soberania política sobre toda a cidade de Jerusalém, sem necessidade de ampliar o perímetro urbano da capital ou partilhar o centro da cidade. E a Autoridade Nacional Palestina escolheria para sua capital administrativa uma cidade da Cisjordânia, talvez Ramallah, com amplo auxílio financeiro internacional.

Outra alternativa seria a formação de um Estado federativo com a Jordânia, ou seja, a antiga sugestão de Rabin e Shimon Peres, conhecida como a "opção jordaniana". Destarte, os crentes das três religiões

teriam realmente pleno e livre acesso aos lugares santos de Jerusalém, sem constrangimentos, e a região poderia finalmente beneficiar-se de um período de paz completa e prosperidade assegurada.

No entanto, o jornalista Jacques Attali, escrevendo na importante revista francesa *L'Express* de 12 de outubro de 2000, foi muito pessimista. Disse ele: "Jamais Israel esteve tão isolado quanto na hora presente. Jamais Israel esteve tão ameaçado de desaparecer. (...) Se amanhã começar a guerra, ela não será um confronto de exércitos em um campo de batalha, mas rapidamente, por uma engrenagem assustadora, uma verdadeira guerra civil entre colonos judeus e jovens árabes, que lutarão bairro por bairro, rua por rua, casa por casa, nas cidades e aldeias da Palestina e de Israel também. (...) Israel está ameaçado de desaparecer pela guerra, pela paz ou ainda pela partida de suas elites, que temem tanto a guerra quanto a paz."

Em represália, Israel resolveu selar todas as cidades palestinas onde ocorreram mortes de cidadãos israelenses. Arafat queixa-se de que Israel está sufocando financeiramente a ANP, pois está retendo o repasse de impostos e contribuições diversas que já montariam em mais de US\$100 milhões. No ínterim, o Knesset aprovou, em fim de novembro de 2000, importante moção cancelando a oferta do *Premier* Barak de ampliar o perímetro de Jerusalém, para ali instalar a capital de eventual Estado palestino. Ficou assim corrigida a imprudência de Barak.

Por outro lado, a vitória de Bush nas eleições norte-americanas não foi do agrado

dos israelenses, uma vez que os democratas são muito mais ligados aos judeus norte-americanos do que os republicanos. Lembro que o candidato a vice-presidente dos democratas foi o judeu ortodoxo Joe Lieberman.

Para surpresa geral, no dia 3 de janeiro de 2001, Arafat informou Clinton de que aceitava os seus parâmetros, embora com algumas reservas. O plano previa que os palestinos formariam um Estado incluindo 100% da faixa de Gaza e 95% da Cisjordânia, devendo, porém, renunciar ao retorno a seus antigos lares de todos os refugiados, que receberiam compensação em dinheiro. Os palestinos controlariam o setor árabe de Jerusalém, inclusive a esplanada das mesquitas e o bairro cristão. A principal queixa palestina é que faltaria continuidade ao território, a ser cortado por uma rodovia israelense, já que a Cisjordânia ficaria dividida em três pedaços para acomodar alguns assentamentos israelenses importantes. Israel não se manifestou e dificilmente aceitará esses termos.

O novo *Premier* Ariel Sharon, a quem conheci bem durante minha estada em Israel, é um ex-militar brilhante, que se cobriu de glória na guerra do Yom Kippur de 1973. Entretanto, como Ministro da Defesa de Menahem Begin durante a campanha do Líbano, em 1982, teve a imagem política prejudicada por haver dado luz verde às milícias cristãs libanesas para realizar um verdadeiro massacre de palestinos nos acampamentos de Sabra e Chatila. É preciso reconhecer que ele não mandou efetuar o massacre, mas era claro que isso iria acontecer, sendo por isso respon-

sabilizado. Continuou como um dos líderes do LIKUD e só emergiu como candidato do partido porque Netanyahu não é parlamentar e estava impedido de concorrer às eleições.

Depois de empossado, Sharon continuou ampliando os assentamentos de colonos judaicos na Cisjordânia e jamais cederá na questão de Jerusalém. Anunciou aos palestinos que só recomeçará as conversações de paz depois que houver a cessação completa dos atos de terrorismo, que continuam a ocorrer com maior ou menor intensidade. No entanto, parece evidente que os palestinos estão agora na defensiva e tratam de reavaliar suas excessivas pretensões. Certamente terão de contentar-se com bem menos do que Barak lhes ofereceu e rejeitaram. Mas eu continuo moderadamente otimista. Ariel Sharon, em poucos meses, vai conseguir um acordo provisório razoável, assim como, em 1978, o *Premier* Menahem Begin, também ultra-direitista, arrancou o impossível acordo de Camp David com o Presidente Sadat, do Egito. É verdade que Begin e Sadat eram personalidades de muito maior calibre do que Sharon e Arafat. Lembro, porém, que só os partidos de extrema-direita em Israel têm condições de fazer concessões importantes aos árabes e conseguir a sua aprovação do parlamento e da opinião pública israelense.

O grau de envolvimento que o Presidente George Bush vai adotar para a região ainda é uma incógnita. Acredito, porém, que os EUA vão continuar a dar apoio político, diplomático e até militar a Israel, embora com menor ênfase de interferên-

cia. Infelizmente, o quadro da política israelense não se desanuviou após a instalação do novo governo. O *Premier* Ariel Sharon obteve, penosamente, um acordo com o Partido Trabalhista israelense, a quem foram oferecidas e aceitas algumas das pastas mais importantes do gabinete, como as de Relações Exteriores e Defesa. Isso parece significar que Sharon teme negociar sozinho com os palestinos e receria as imposições talvez descabidas de seus próprios aliados religiosos. O governo de união nacional foi aprovado pelo Knesset e o partido religioso SHAS, que apoiava Barak, aderiu ao acordo, ampliando assim a pequena maioria de Sharon no Parlamento e assegurando apenas uma relativa estabilidade.

No momento, Israel continua apertando o gasganete dos palestinos, sem repassar-lhes as subvenções externas, e vai mantendo toda a Cisjordânia e a faixa de Gaza seladas completamente, o que eleva o desemprego na região a mais de 40%. Em retaliação, os palestinos estão tentando transferir a intifada dos territórios ocupados para *dentro* de Israel, graças a novos e espetaculares atentados suicidas. O HAMAS já divulgou que tem vinte voluntários dispostos a praticar atos terroristas. Saddam Hussein também continua intrometendo-se na crise e consta que ele está incentivando a intifada pelo envio de cheques de US\$10.000 para cada família que tenha tido um morto na luta contra Israel, e ainda cheques de US\$1.000 para os familiares de cada um dos feridos. A BBC exibiu um desses cheques em programa televisivo.

Em maio último, o Ministro da Defesa israelense Ben Eliezer reafirmou que não tem a intenção de reocupar as áreas cedidas aos palestinos pelos acordos de paz de Oslo, o que nos parece sábio e conciliador. As ações militares de Israel têm sido apenas punitivas e os alvos preferidos são os quartéis de entidades terroristas e as casas de seus líderes mais importantes. Os países da União Européia e os EUA condenaram o exagerado nível das represálias israelenses, mas o recente ataque a uma discoteca israelense, matando 19 jovens, deu vantagem psicológica a Israel na guerra da propaganda. A Comissão Mitchell finalmente deu publicidade ao seu relatório, que culpou as duas partes, mas reiterou sua determinação de que Israel não pode continuar a expandir as colônias já existentes na Cisjordânia.

Em fins de junho último, afinal surgiu uma luz no fim do túnel para a crise do Oriente Médio, com a aceitação, por palestinos e israelenses, da trégua proposta pelos EUA, durante a visita do Secretário de Estado Colin Powell à região. O plano previa um cessar-fogo completo durante sete dias, seguido de um período de seis semanas para o esfriamento das tensões. Só então as negociações de paz recomeçariam. Qualquer ato importante de violência durante as seis semanas faria o prazo recomeçar a ser contado de zero. Israel não dispararia mais contra alvos palestinos, retiraria suas tropas para as posições anteriores ao reinício da intifada e impediria ataques de vingança dos colonos contra palestinos. Isso, porém, não está acon-

tecendo, pois Israel está realizando ataques preventivos contra núcleos terroristas que têm causado dezenas de mortes entre os palestinos. Embora, até certo ponto, isso possa ser admissível, é evidente que essa política agressiva de Israel só aumentará os ódios existentes e dificultará qualquer tipo de negociação. Curiosamente, depois de recente ataque, o Secretário de Estado Colin Powell limitou-se a manifestar sua *unhappiness*, em vez de condenar os ataques com mísseis e helicópteros.

O Grupo G-8 recomendou a presença de observadores internacionais para vigiar o cumprimento de eventual acordo, mas Israel só aceita a presença de observadores norte-americanos, do que discordam os palestinos. Os grupelhos terroristas que vêm realizando ataques suicidas não têm disposição para colaborar para o sucesso do plano norte-americano. Infelizmente, o cessar-fogo está cada vez mais difícil de sustentar-se, tantas são as infrações que têm ocorrido. Até o dia 1º de agosto já haviam morrido quase 600 palestinos, 138 israelenses e 15 árabes-israelenses, com cerca de 20 mil feridos.

Embora o Chanceler Shimon Peres tenha negado a intenção de Israel de reocupar a Cisjordânia, há evidentes sinais de que mais tropas e tanques estão sendo deslocados para a região. Sharon já se referiu até à provável necessidade de convocar reservistas do exterior, se prosseguirem ou se ampliarem as hostilidades por muito mais tempo. Os consulados de Israel no exterior já estão sendo alertados para essa hipótese.

